

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.306 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2001

CRE volta a debater restrições a armas

PÁGINA 4



Osmar é relator do projeto que estimula formalização das relações trabalhistas na zona rural

Contribuição previdenciária no campo pode mudar

PÁGINA 6

Interlegis democratiza acesso a informações do Legislativo

Ao abrir seminário em Belém, presidente do Senado afirma que objetivo é levar o programa, em médio prazo, às câmaras de 2.500 municípios brasileiros

PÁGINA 7



No seminário aberto ontem em Belém, Jader Barbalho explicou que a Interlegis visa assegurar interação do Legislativo com a sociedade

CAS discute regras para ocupação do solo nas cidades

PÁGINA 8



Mauro é relator do projeto que institui diretrizes para a política urbana no país

Bezerra quer evitar doação de dinheiro público a bancos

PÁGINA 3

Senado vota hoje homenagem às Apaes

Na mesma sessão, os senadores deverão decidir sobre autorização para o governo brasileiro contratar empréstimo no valor de até US\$ 757,5 mi, junto ao Banco Mundial, destinados a ampliar o volume de reservas do país

O Senado vota hoje projeto oriundo da Câmara dos Deputados instituindo 11 de dezembro como o Dia Nacional das Apaes (Associações de Pais e Amigos de Excepcionais). Movimento pioneiro no trabalho com portadores de deficiência no país, a primeira associação dessa entidade surgiu em 1954, no Rio de Janeiro, instalando-se em Brasília, já como federação, a partir de 1964.

Relator da matéria, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que essas associações têm desenvolvido grandes esforços no sentido de sensibilizar autoridades, governo e sociedade para a necessidade de inserir portadores de deficiência no seu cotidiano familiar, social, político e econômico. Atualmente, existem 1.600 Apaes no Brasil, desenvolvendo trabalho destinado a oferecer qualidade de vida e dignidade àquele grupo populacional.

Na mesma sessão, o Senado decide sobre autorização para o governo brasileiro contratar operação de crédito externo de até US\$ 757,5 milhões, com o Banco Mundial (Bird), na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público, visando fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal a médio e longo prazos do Tesouro Nacional.

Também nesta terça-feira, o Senado vota o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta celebrado entre o Brasil e Portugal, na cidade de Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, quando foram comemorados os 500 anos do Descobrimento. Vota também decretos legislativos relativos a cinco emissoras de rádio.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 20/01, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 757,5 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); PLC nº 86/00, que institui o Dia Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes); PDL nº 50/01, aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre o Brasil e a República Portuguesa; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 108/01, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 150 milhões, de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM); Mensagem nº 119/01, encaminha ao Senado solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 130 milhões, de principal, entre o governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal; e Diversos nº 18/98, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 446/98, bem como os respectivos relatórios e voto que a fundamentam, adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada na Superintendência de Seguros Privados (Susep); PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; Emenda nº 1 de Plenário oferecida ao PLS nº 270/99, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% dos recursos no sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 22/01 (tramitando em regime de urgência), altera a Lei nº 8.212/91, a Lei nº 8.870/94, a Lei nº 9.317/96 e a Lei nº 9.528/97 (contribuição previdenciária da empresa rural e da agroindústria, consórcio simplificado de produtores rurais e benefícios fiscais para agroindústria); e votação secreta da Mensagem nº 121/01, submete à apreciação do Senado o nome de Luis Carlos Wanderley Lima, para ser reconduzido, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 20/01, denomina "Rodovia Governador Mário Covas" a BR-101; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: examinar o resultado das contas públicas do governo central para o ano 2000, quando se deu o cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: turno suplementar de discussão da Emenda nº 1 — CRE (substitutivo) oferecida ao PLS nº 292/99 de conformidade com o artigo 92 combinado com o artigo 282 do Regime Interno do Senado; PDL nº 47/01, aprova o texto da Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência; PDL nº 55/01, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Tecnológica celebrado entre o governo do Brasil e o da Ucrânia; e Requerimento s/nº/01, do senador Tião Viana, solicitando audiência pública para debater as ações e mecanismos do governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, a fim de prestar informação sobre os trabalhos que estão sendo realizados pelo órgão e para promover o estreitamento das relações entre o Legislativo e o TCU. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: continuação da terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; PLC nº 79/00, altera a Lei nº 3.207/57, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 62/00, que denomina "Rodovia Governador Antonio Mariz" o trecho federal da BR-230 entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa (PB); PDLs aprovando

atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 244/01, do senador Tião Viana, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 71/01, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 84/00, que dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher; PLC nº 2/01, acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 34/01, altera redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; Aviso nº 138/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 570/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativa ao projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforus), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (TCU/Reino Unido); e substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao PLC nº 181/89, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade). Entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 9*

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública sobre o tema avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre (Lei de Responsabilidade Fiscal), com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

10h — Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 23/01 (Lei das S/A), altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Após reunião conjunta — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 44/01, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal, incluindo a figura do contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime; PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento do Amazônia Ocidental; Emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); e Requerimentos nºs 234/01, do senador Bello Pargo, solicitando ao Ministério da Fazenda esclarecimentos sobre as investigações de Eduardo Jorge e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; e nº 235/01, solicitando ao Ministério da Fazenda através do Banco Central, a relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, constantes de rastreamento realizado nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instruir o parecer do PLS nº 61/00, institui o Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às instituições de ensino superior públicas e para instruir o parecer do PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo nº 26 da Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Convidados: secretários da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/ME), Ruy Leite Berger Filho e da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro; do especialista em Avaliação de Sistemas Educacionais — Fundação Carlos Chagas (SP), professora Clarilza Prado de Souza; da titular da Universidade Católica de Goiás, professora Iria Brzezinski; e do presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), Carlos Augusto Abicalil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — CPI das ONGs

Pauta: exposição do general Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quinta-feira

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública para prestar esclarecimentos sobre a crise energética e o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, com a presença do ministro de Minas e Energia, senador José Jorge. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do presidente da Federação Carioca de Futebol, Eduardo Augusto Viana da Silva. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,
Maria do Carmo Alves e
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva,
José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE pode debater liquidação extrajudicial de bancos

A sugestão é do senador Carlos Bezerra, que está preocupado com a “doação” de recursos públicos para massas falidas, feita em forma de empréstimo. Seriam convocados o presidente do Banco Central e o superintendente da Susep

Comissão de Orçamento discute contas do governo federal

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 14h30, para examinar formalmente o resultado das contas públicas do governo central no ano 2000, quando se deu o cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde aquele ano, têm sido registrados superávits primários em todos os segmentos (governo central, estatais, estados e municípios), o que resultou num superávit consolidado de R\$ 6,2 bilhões em março último e num superávit acumulado no ano de R\$ 15 bilhões.

Amanhã, dia 30, a Comissão de Orçamento receberá em audiência pública o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, para discutir o cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, conforme está previsto na Lei de

Responsabilidade Fiscal. O presidente do colegiado, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), pretende também que o secretário do Tesouro informe, durante o encontro, o que muda na realidade administrativa dos fluxos financeiros do Tesouro Nacional com a crise de energia, que mexe com os níveis de crescimento da economia e as receitas públicas.

Na quinta-feira, dia 31, a comissão realiza audiência pública com o ministro José Jorge, de Minas e Energia. Será debatida a crise energética e o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. Senadores e deputados da comissão querem discutir mudanças a serem feitas na LDO em função do novo cenário da crise energética, que coloca como prioridade os investimentos públicos em energia, em detrimento de outros setores.

Por sugestão do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá decidir hoje convocar o presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga, e o superintendente da Susep (Superintendência de Seguros Privados), Hélio Oliveira Portocarrero de Castro. Eles fariam sugestões sobre formas legais de harmonizar a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e de seguros, considerando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Análise feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e submetida à CAE pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), concluiu pela necessidade de se aperfeiçoar a legislação em vigor, diante da verdadeira “doação” de recursos públicos para massas falidas, concedida a título de “empréstimo”, mas sem qualquer possibilidade de retorno aos cofres públicos.

As dificuldades encontradas pela Susep no aporte de recursos a massas falidas são as mesmas do Banco Central, concluiu o TCU.

O relator da matéria, senador Carlos Bezerra, afirma que auditoria realizada pelo TCU na Susep, em outubro de 1999, concluiu pela necessidade de uma legislação mais condizen-



Carlos Bezerra defende a elaboração de leis que garantam o retorno dos recursos emprestados

te com as atividades de empréstimos às massas falidas, tendo em vista, principalmente, a segurança jurídica dos envolvidos e a garantia de retorno dos recursos emprestados, hoje inexistentes.

— Mas não há como abdicar da condução do adiantamento de recursos, imprescindíveis para honrar despesas administrativas efetuadas pelo liquidante extrajudicial, indicado pela própria autarquia. Evidencia-se, portanto, que o caso da Susep assemelha-se às dificuldades experimentadas pelo Banco Central na condução de liquidações extrajudiciais, ou seja, há necessidade de fornecer liquidez às entidades financeiras para evitar males maiores — conforme relatório do TCU.

Ao comentar o tema, o senador Carlos Bezerra lembra que a CPI do Sistema Financeiro já recomendava, em suas conclusões, a atualização da Lei nº

6.024/74, que dispõe sobre a liquidação extrajudicial.

Segundo o senador, “a princípio, seria meritória a liquidação judicial de qualquer entidade cujos ativos não bastem ao pagamento dos passivos, retirando o risco moral da intervenção dos supervisores do sistema financeiro”. Embora o ramo de seguros detenha particularidades, não se justifica que esse segmento empresarial, em particular, ou o setor financeiro, em geral, gozem de privilégios não extensivos aos demais setores, como os que são conferidos pela liquidação extrajudicial, acrescentou. Vários juristas e economistas defendem, inclusive, a extinção da figura da “liquidação extrajudicial”.

A sugestão para que a CAE debata o tema tem por objetivo o aperfeiçoamento normativo que se faz necessário à figura da liquidação extrajudicial.



O ministro Humberto Souto deve falar sobre o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União

CFC realiza hoje audiência com presidente do TCU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, participa hoje, às 18h, de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O objetivo do debate é informar os senadores sobre os trabalhos do tribunal e também estreitar as relações entre o TCU e o Senado.

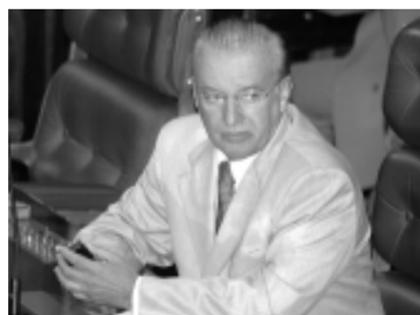
O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), quer saber, por exemplo, se o TCU tem conseguido fazer valer as ações que determina, como punições e multas.

A comissão, explicou Ney Suassuna, pretende avaliar os resultados do trabalho do tribunal para saber com que recursos conta para avançar em seu papel de fiscalização, evitando o desvio de verbas públicas. O convite a Humberto Souto resultou de pedidos de informações feitos por relatores — o próprio Suassuna, além dos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) — de matérias referentes ao TCU, votadas pela comissão em abril deste ano.

Empréstimo de US\$ 280 milhões deve ser votado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode apreciar hoje mensagens do presidente da República solicitando a liberação de empréstimo de US\$ 280 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dos recursos previstos, US\$ 150 milhões serão contratados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), destinados ao Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas, voltado para o Nordeste e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Os restantes US\$ 130 milhões vão para o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal.

Consta também da pauta da reunião da CAE projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) instituindo o Programa de Construção Associativa da Casa



Valadares é autor de projeto sobre programa habitacional que também está na pauta da CAE

Própria, destinado às famílias de classe média baixa. Pode também ser votado projeto de lei da Câmara fixando uma série de novas obrigações para as companhias distribuidoras de gás de cozinha. Entre as medidas previstas está a troca de válvulas e a revisão dos botijões a cada cinco anos.

Destaca-se ainda na pauta da reunião da CAE análise de emenda modificativa, do ex-se-

gador José Roberto Arruda, obrigando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a prestar contas ao Senado, anualmente, da sua programação financeira. E pode ser analisado o substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei da Câmara que obriga o uso de colete à prova de balas por profissionais da área de segurança.

CRE volta a discutir restrição ao porte de armas de fogo

Substitutivo aprovado na semana passada será submetido a turno suplementar por ter alterado integralmente o texto original

Discussões sobre o combate ao tráfico de drogas e sobre as restrições ao comércio e porte de armas de fogo no país estão na pauta da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) marcada para hoje, às 17h30.

A comissão deve discutir, em turno suplementar, substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) a projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) dispendo sobre produção, depósito, trânsito e porte de armas de fogo. O substitutivo de Piva, que recomendou o arquivamento de projetos correlatos dos ex-senadores Djalma Falcão e José Roberto Arruda, foi aprovado no último dia 22 e sua discussão em turno suplementar é motivada pelo fato de o substitutivo alterar integralmente o texto original.

Também na reunião de hoje, a CRE deve votar requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) solicitando a realização de audiência pública para debater ações governamentais destinadas a coibir o narcotráfico.

Viana propôs que sejam convidados para a audiência pública o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso; o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; o juiz federal no Acre Pedro Francisco; o subprocurador-geral da República José Roberto Figueiredo Santoro; a subprocuradora-



Tião Viana propõe à CRE a realização de audiência pública sobre o tráfico de drogas



Substitutivo de Pedro Piva estabelece restrições ao porte de armas de fogo

geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho; o procurador da República Luiz Francisco de Souza; a procuradora regional da República Rachel Elias Ferreira Dodge; e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jaime Henrique Chemello.

Dois projetos de decreto legislativo também constam da pauta da CRE. A comissão deve votar parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao texto da Conven-

ção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência Física, firmada no âmbito da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em junho de 1999. Deve se pronunciar ainda sobre parecer favorável do senador Fernando Matusalém (PPB-RO) ao texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica celebrado, em novembro de 1999, entre o governo brasileiro e o governo da Ucrânia.

TV Senado transmite reunião

A partir das 18h30, a TV Senado transmite a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que vota requerimento de audiência para discutir ações e mecanismos no combate ao tráfico e ao consumo de drogas. Também na pauta, a apreciação, em turno suplementar, do substitutivo que restringe o porte de armas e a votação da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Portadores de Deficiência Física.

Comissão de Educação vota nome de Mário Covas para a BR-101

A Comissão de Educação (CE) pode referendar hoje mais uma homenagem do Congresso à memória do ex-senador e governador paulista Mário Covas, falecido em 6 de março passado. O colegiado reúne-se, a partir das 11h30, para votar parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) a projeto da Câmara que denomina a BR-101 de "Rodovia Governador Mário Covas".

"Incansável defensor da ética na política, Mário Covas certamente deixou enraizado em grande parte do povo brasileiro o princípio do respeito aos valores demo-

cráticos", registrou Álvaro em seu relatório. O senador paranaense louvou a iniciativa do deputado federal Marcus Vicente (PSDB-ES), que justificou a homenagem afirmando que "somente uma rodovia como a BR-101, que abraça o litoral do país de norte a sul, passando por sua querida cidade natal, Santos, seria digna de ostentar o nome de tão ilustre e amado brasileiro".

A pauta da reunião da CE também inclui a apreciação de 16 projetos de decreto legislativo (PDLs) que aprovam atos de autorização, outorga de permissão e renovação

de concessão relativos à exploração de serviço de radiodifusão sonora. Desse total, 11 autorizam entidades de municípios de São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Goiás, Ceará e Rio Grande do Norte a executar serviço de rádio comunitária.

Os demais PDLs, que também contam com parecer favorável dos relatores, referem-se a atos destinados a emissoras de rádio que deverão operar em frequência modulada ou ondas tropicais em municípios do Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.

Nabor condena insultos à memória de Oscar Passos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) protestou ontem contra editorial do jornal *Página 20* que, a seu ver, insultou a memória do ex-senador Oscar Passos, um dos artífices da transformação do território do Acre em estado, em 1962. Segundo disse, trata-se de uma tentativa covarde de desqualificar um projeto de sua autoria, dando o nome do ex-senador ao novo Aeroporto Internacional de Rio Branco.

Nabor afirmou ter certeza de que a senadora Marina Silva (PT-AC), embora autora de um projeto semelhante dando o nome de Chico Mendes ao aeroporto, não faz parte dessa tentativa de difamar pessoas, especialmente as que já faleceram e não mais podem se defender. "Esse tipo de atitude é a antítese da conduta da senadora Marina", garantiu.

O senador pelo Acre fez questão de traçar um perfil da atuação do ex-senador desde 1941, quando foi indicado governador do território do Acre e iniciou batalha pelo desenvolvimento das riquezas da região, como borracha vegetal, e obtenção de verbas federais para infra-estrutura.

Além de lutar pelo Acre, Oscar



Nabor Júnior vê "tentativa covarde" de desqualificar projeto que dá o nome de Passos ao novo aeroporto de Rio Branco

Passos também se distinguiu na política nacional, sendo líder da resistência civil à ditadura implantada em 1964. "Ele foi fundador e primeiro presidente do MDB, apóstolo da liberdade e da soberania do Poder Legislativo como deputado e, posteriormente, como senador", disse.

Nabor afirmou que está sendo vítima de uma campanha de difamação no Acre e que até pessoas de sua família estão sendo atingidas. Mesmo evitando trazer ao Plenário do Senado questões pessoais, acrescentou, não pode mais se calar quando essa campanha atinge um estadista, patriota, político e cidadão honrado como foi o ex-senador Oscar Passos.



Jucá quer denominar edifício-sede do TRE de "Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias"

Jucá propõe homenagem a ex-diretora do TRE de Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto que denomina Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Roraima. Segundo o senador, Maria Luiza, falecida em 1997, merece uma justa homenagem devido à sua colaboração para a implantação da Justiça Eleitoral naquele estado.

Maria Luiza foi auditora da Justiça Militar e do TRE de Mato Grosso do Sul, diretora-geral substituta do TRE do Amazonas e diretora-geral do TRE de Roraima, onde prestou serviços indispensáveis à instalação daquele tribunal.

O projeto está tramitando na Comissão de Educação, em decisão terminativa, e tem como relator o senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Para Heloísa, “o lugar da lista é no lixo”

A afirmação da senadora ocorreu em resposta às insinuações de Antonio Carlos Magalhães e do ex-senador José Roberto Arruda de que poderiam divulgar a lista com os votos da sessão que cassou Luiz Estevão

Patrocínio propõe uso de fonte alternativa de energia

Preocupado com a sobrecarga no sistema nacional de energia provocada pelo uso do chuveiro elétrico, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto que propõe a utilização de fontes alternativas de aquecimento de água nas residências. A matéria será apreciada, em caráter terminati-



Patrocínio quer pôr fim aos gastos do chuveiro elétrico

vo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). do sistema de aquecimento hidráulico por energia solar em substituição ao elétrico. O senador pefelista prioriza o uso da fonte solar para aquecer água de uso doméstico, mas reserva ao órgão o poder de definir outra forma energética mais adequada às condições climáticas, ambientais e econômicas de cada região.

A proposta altera dispositivos da legislação que regula a política energética nacional, estabelecendo diretrizes para programas voltados ao uso de gás natural, álcool, carvão, energia termonuclear e solar e outras fontes alternativas. Também atribui ao Conselho Nacional de Política Energética a responsabilidade de normatizar a aplicação dessas diretrizes.

Carlos Patrocínio propõe ainda que o Conselho de Política Energética fixe as regras para adoção

– Sem o desperdício provocado pelo chuveiro elétrico, o país poderá investir com mais tranquilidade na expansão do setor elétrico, sem o espectro do colapso do sistema, devido à sobrecarga – afirmou. Segundo Patrocínio, o aproveitamento de outras opções energéticas vai proporcionar um uso mais eficiente da eletricidade, principalmente no setor produtivo. Evitaria, ainda, a construção de novas hidrelétricas e seus impactos negativos sobre o meio ambiente.

Tuma participa de cerimônia de transferência de porta-aviões

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) relatou ter participado, no porto de Santos (SP), da cerimônia de transferência de subordinação do navio aeródromo Foch, adquirido da França e batizado de São Paulo, para a Marinha brasileira. O novo porta-aviões tem 32.500 toneladas de deslocamento bruto, 266 metros de comprimento, 51,2 metros de largura, 30 nós de velocidade máxima e duas catapultas. A embarcação comporta tripulação de 1.030 homens, além de 670 pessoas para operar 37 aviões e dois helicópteros.



Romeu Tuma: embarcação protegerá o mar brasileiro

da Casa Civil, Pedro Parente, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, entre outras autoridades. O senador relatou que todos os oradores destacaram a importância do porta-aviões para incrementar a vigilância no mar brasileiro e também a sua utilidade para treinar e aprimorar tripulações.

Estiveram presentes à cerimônia, informou Tuma, o presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o ministro-chefe

Romeu Tuma destacou que o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que um país como o Brasil, com mais de sete mil quilômetros de litoral, requer um poder naval compatível com sua estatura no cenário internacional. Já o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, disse que o fato de o navio ter sido batizado de São Paulo é uma honra para todos os paulistas.

Referindo-se à relação dos votos dos senadores na sessão que cassou o senador Luiz Estevão, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que “o lugar da lista é no lixo, o que é compatível com a imundície que a gerou”. A afirmação foi feita em resposta às insinuações do ex-senador José Roberto Arruda e do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – ambos acusados de participar da violação do painel eletrônico da Casa – de que divulgariam a lista de votação.

– Depois de semanas de mentiras, cinismo e covardia de Arruda e Antonio Carlos, qualquer suposto papel que apareça será desqualificado. O PT não tem do que se envergonhar – disse, chamando as insinuações de ambos de “histeria” e “desespero”.

Ela informou que poderá processar Arruda por calúnia e difamação, já que agora ele não tem mais imunidade parlamentar. O mesmo poderá ser feito em relação a Antonio Carlos, se for confirmada sua renúncia. A senadora reafirmou a postura ética do PT no episódio da cassação de Luiz Estevão e da violação do painel. Heloí-



Heloísa Helena considera que “qualquer papel que apareça será desqualificado”

sa Helena rejeitou também as insinuações de Arruda de que o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) teria alguma participação no caso e descartou que qualquer parlamentar do PT tenha tido envolvimento com a violação do painel.

– O objetivo de quem violou o painel foi transformar a lista em uma mercadoria no mundo sujo da chantagem. Mas agora seu prazo de validade expirou – disse a senadora, que também rejeitou a hipótese de pedir ao senador Carlos Wilson (PPS-PE) pressa na apresentação do relatório que pode levar à abertura de proces-

so de cassação contra Antonio Carlos. “Essa não é uma questão pessoal”, explicou.

EDUARDO JORGE

Heloísa Helena apresentou recurso contra a decisão do senador Bello Parga (PFL-MA) de arquivar os pedidos de quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, e de diversos parentes e sócios seus, além de ex-diretores de fundos de pensão. A senadora lembrou que, com o recurso, um dos requerimentos deverá ser apreciado pelo Plenário.

Antonio Carlos deve renunciar amanhã

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) deve renunciar ao seu mandato amanhã, dia 30, o que levará ao arquivo o pedido do Conselho de Ética à Mesa do Senado para abertura de processo por quebra de decoro parlamentar no episódio de violação do painel de votações. Conforme a assessoria do gabinete do senador, a renúncia será apresentada durante discurso que Antonio Carlos pretende fazer, à tarde, no Plenário.

Com a renúncia, Antonio Carlos segue a mesma estratégia do ex-senador José Roberto Arruda, também envolvido no episódio do painel, que deixou o Senado na última quinta-feira, dia 24, e, com isso, evitou a perda dos direitos políticos caso viesse a ter o mandato cassado. Na vaga de Antonio Carlos, assumirá seu filho, Antonio Carlos Magalhães Júnior, o primeiro suplente da chapa.

A renúncia fará com que o senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário do Senado, relator na Mesa do pedido de abertura de processo de cassação contra Antonio Carlos e Arruda, indique o arquivamento do caso. A investigação já soma mais de 2 mil páginas produzidas pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que ouviu 13 depoimentos em pouco mais de dois meses.

O arquivamento do caso, no entanto, não muda a situação das investigações sobre a participação no caso dos funcionários do Centro de In-



Antonio Carlos Magalhães, conforme sua assessoria, anunciará sua decisão durante discurso que pretende fazer à tarde no Plenário

formática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen). Eles confessaram ter participado da operação de retirada de uma lista do painel com os votos dados secretamente pelos senadores na sessão que cassou o senador Luiz Estevão. Pelo ato, respondem agora a inquérito administrativo e suas punições podem variar de advertência a demissão. São investigados Regina Célia Peres Borges, ex-diretora do Prodasen e que convocou os funcionários para fazer cópia da lista; Ivar Ferreira, especialista em programação de computador; Hermillo Nóbrega, gestor de sistema; e Heitor Ledur, técnico que operava os computadores ligados ao painel de votações.

CAS examina incentivo à mão-de-obra no campo

A medida permite ao empregador rural abater até 50% do valor que recolhe, a título de contribuição, dos seus empregados à Previdência

Em reunião marcada para hoje, às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota projeto de lei do governo federal alterando dispositivos da legislação previdenciária que trata das contribuições pagas por produtores rurais e pela agroindústria. A proposta, que já foi aprovada pelos deputados, tramita no Senado em regime de urgência.

Segundo o relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), o projeto tem como principal mérito o incentivo à formalização das relações de trabalho no campo, já que permite ao empregador abater até 50% do valor que recolhe a título de contribuição dos seus empregados à Previdência Social.

— Esse sistema certamente diminuirá a resistência do empregador em formalizar as relações de trabalho entre si e sua mão-de-obra — destacou o senador, esclarecendo que a medida não chega a compensar todos os encargos da relação trabalhista, como o recolhimento para o Fundo de Garantia do Tempo



Para Osmar Dias, projeto diminui resistência à contratação de trabalhador rural

de Serviço (FGTS).

A proposta, disse Osmar Dias em seu relatório, também equipara o consórcio de produtores rurais ao produtor pessoa física, simplificando a contratação de empregados e, conseqüentemente, incentivando a formação dos consórcios. Ao igualar a contribuição da agroindústria à dos produtores rurais pessoa jurídica, o projeto, na opinião do relator, aplica a regra de contribuição sobre a folha de paga-

mento de empresas rurais, substituindo o recolhimento com base na produção.

Osmar Dias acatou emenda apresentada pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que uniformiza a base de incidência da contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) para que a referência seja a receita bruta da comercialização da produção. O projeto altera a alíquota dessa contribuição de 0,1% para 0,2%, no caso de produtor pessoa física, e para 0,25% para pessoa jurídica.

O relator também apresentou emenda para equiparar as agroindústrias da piscicultura, carcinicultura (cultura de crustáceos), suinocultura e avicultura às cooperativas agrícolas.

SABATINA

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CAS deve apreciar na mesma reunião a indicação, pelo presidente da República, de Luís Carlos Wanderley Lima para ser reconduzido, por mais três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Iris vai relatar projeto que disciplina as cooperativas de trabalho no país

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) foi designado para relatar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto de lei do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que regulamenta o funcionamento das cerca de 25 mil cooperativas de trabalho existentes no Brasil. A proposta acrescenta um capítulo específico na lei que define a política nacional de cooperativismo, setor que reúne aproximadamente 4 milhões de cooperados, de acordo com levantamento da Confederação Brasileira das Cooperativas.

— Estou convencido de que a falta de uma legislação específica sobre a matéria vem favorecendo o surgimento e a proliferação de cooperativas de fachada, já conhecidas como “gatos-cooperativas”, que são constituídas sem o cumprimento dos pré-requisitos definidos na legislação cooperativista, num processo distorcido e condenável, com vistas a se valerem das isenções tributárias concedidas às cooperativas, e, assim, burlarem facil-



mente a legislação trabalhista e a previdenciária — explicou Jonas Pinheiro.

Para o senador, esse procedimento tem provocado sérios desgastes na imagem do movimento cooperativista brasileiro e, devido à evasão de arrecadação tributária, também tem dado prejuízos

tanto à União quanto à Previdência Social, estados e municípios, além de privar os traba-



Falta de legislação favorece cooperativas de fachada, diz Jonas

lhadores das mais elementares garantias trabalhistas e impedir a geração de novos empregos.

Jonas Pinheiro assinalou que, há alguns anos, vários parlamentares vêm apresentando diferentes propostas de uma nova lei cooperativista, mas ainda não conseguiram encontrar o ponto de convergência de todos os interesses envolvidos na matéria.

Arlindo quer regulamentar a profissão de decorador

Projeto apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) regulamenta o exercício da profissão de decorador em todo o território nacional. Segundo a proposta, só poderão exercer o ofício os profissionais diplomados como decoradores em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos, como também aqueles formados em cursos superiores relacionados com decoração, tais como arquitetura, desenho industrial e artes plásticas.

A proposição permite, ainda, que estudantes que tenham concluído o segundo grau, mas que



Arlindo: decoração não comporta mais improvisações

vêm exercendo efetiva e comprovadamente a atividade de decorador há mais de cinco anos — contados até a publicação da lei —, poderão obter o registro profissional.

Ao justificar o projeto, Arlindo Porto afirma que, nos dias de hoje, a decoração de espaços interiores, residências, ambientes de trabalho ou lazer não comporta mais improvisações e requer, a exemplo da arquitetura de edificações, “alto grau de sofisticação, funcionalidade e novos padrões de qualidade” que apenas profissionais especializados estão aptos a fazer. Ele destaca que já existem no país estabelecimentos de nível superior voltados para a decoração.

Valmir propõe documento em braile para deficiente visual

Os portadores de deficiência visual poderão ter seus documentos com notações em braile para que possam reconhecê-los como seus. Projeto nesse sentido foi apresentado pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF) e está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela proposta, carteira de identidade, título de eleitor, cartão de CPF, certificado de reservista, diplomas e outros documentos pessoais das pessoas portadoras de

deficiência visual terão os dados grafados em braile, sempre que os interessados o solicitarem. O senador argumenta que a medida garantirá condição de igualdade a essas pessoas.



Conforme projeto de Valmir, inscrição em braile será pedida pelo interessado

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — O prof. Ildo Saver fala sobre a crise energética
7h30 — *Entrevista* — O sen. Casildo Maldaner fala sobre a adoção infantil e a licença-maternidade
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Paulo Vanzolini na Amazônia — Parte 3
9h — *As Cares do Brasil* — Rio Grande do Norte
9h30 — *Entrevista* — A sen. Maria do Carmo fala sobre a extinção da Sudene
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Comissão de Relações Exteriores
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das

atividades do Senado

21h30 — Comissão de Educação
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora*
As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Jazz & Cia*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Interlegis democratiza informações do Poder Legislativo, afirma Jader

Ao participar de seminário regional na Assembléia Legislativa do Pará, presidente do Senado observa que objetivos da comunidade virtual transcendem modernização de atividades

Durante a abertura do I Seminário Regional Interlegis-Norte, realizado ontem na Assembléia Legislativa do Pará, em Belém, o presidente do Senado, Jader Barbalho, afirmou que a Interlegis (comunidade virtual do Poder Legislativo) não tem apenas o objetivo de modernizar as atividades do Legislativo federal, estadual e municipal, mas sobretudo de interagir com a sociedade, democratizando as informações geradas nas Casas Legislativas.

Jader informou que a intenção do Senado é levar o programa Interlegis, em médio prazo, às câmaras municipais de 2.500 municípios. Na primeira etapa, iniciada no ano passado, 600 cidades foram beneficiadas. O critério utilizado foram os índices de pobreza apontados pelo IBGE. "O Interlegis é único atualmente no mundo, por isso chamou a atenção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia o programa junto com o governo brasileiro", completou.

Já o senador Edison Lobão (PFL-MA), que participou da abertura do seminário diretamente da sede da Interlegis em Brasília, utilizando-se de videoconferência, um dos recursos oferecidos pelo programa, lembrou que em 1962 uma simples ligação telefônica de Brasília para o Rio de Janeiro levava 15 minutos para ser completada. Um telefonema para o Norte ou para o Nordeste, era uma operação praticamente impossível. "Hoje, essa videoconferência é uma coisa extraordinária."

Segundo Lobão, que é vice-presidente do Senado, mais de 6 mil parlamentares se inscreveram demonstrando interesse em participar da Interlegis, cujas páginas na Internet já receberam mais de 275 mil acessos. "O fundamental nesse programa é que ele permitirá melhorar a qualidade da legislação", observou, registrando que parlamentares municipais, estaduais e federais terão acesso a todas as informações técnicas que necessitarem.

O presidente da Assembléia Legislativa do Pará, deputado Martinho Carmona, destacou que a Interlegis possibilitará que o Legislativo brasileiro seja o mais

transparente possível para a sociedade. Já o presidente da Assembléia de Minas Gerais, Antonio Júlio de Faria, que utilizou os recursos de videoconferência para participar da abertura do seminário diretamente do seu estado, disse que a população brasileira será o maior beneficiário da integração das comunidades políticas do país.

O presidente do Tribunal de Contas da União, Humberto Souto, que participou do seminário mediante a videoconferência, observou que o aspecto mais importante da Interlegis é a possibilidade da troca de informações entre os vários níveis do Legislativo. Também participaram da abertura do evento o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) e o diretor executivo do Prodasen (órgão responsável pela Interlegis), Kleber Gomes Ferreira.



Em Belém, Jader aponta importância de interação com a sociedade



Em Brasília, Edison Lobão participa da abertura do seminário

Portal Senado Wap, opção de informações

O presidente do Senado, Jader Barbalho, e o presidente da Tele Centro-Oeste Celular e Norte Brasil Telecom, Mário César Araújo, fizeram o lançamento do Portal Senado Wap, que disponibilizará várias informações da Casa através do visor de telefones compatíveis com o protocolo Wap (wireless application protocol). Entre outros dados, estarão disponíveis as notícias produzidas pela Agência Senado (agência de notícias do Senado que faz a cobertura de todos os eventos que ocorrem na Casa).

O Portal Senado Wap visa garantir aos usuários do sistema mais uma opção para conhecer o Senado. Além das notícias, também poderão ser acessadas a relação dos senadores por estado, a lista de membros da Mesa diretora, a lista dos senadores de cada comissão permanente ou temporária e as lideranças dos partidos e dos blocos. "Vamos ter todos os dados relativos a cada senador, a pauta da ordem do dia e as matérias que estão tramitando nas comissões", afirmou o presidente do Senado.

Jader entregou ao presidente da Assembléia Legislativa do Pará, deputado Martinho Carmona, um CD-ROM contendo toda a legislação dos 500 anos da História do Brasil. Ele se comprometeu a remeter cópias do CD-ROM a todos os 41 deputados estaduais do Pará. O CD-ROM é um trabalho do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

Programa pretende interligar todas as Casas

A Interlegis – comunidade virtual do Poder Legislativo – deverá interligar todas as Casas Legislativas do país, prevendo a instalação de estações de trabalho em 2.500 municípios. Esta foi uma das informações apresentadas durante o I Seminário Regional Interlegis-Norte, realizado ontem na Assembléia Legislativa do Pará.

Criada com o objetivo principal de fortalecer o Poder Legislativo em suas várias instâncias, a Interlegis consiste em uma rede de comunicação e informação entre os parlamentares de todo o país, nas esferas federal, estadual e municipal, utilizando a Internet.

O projeto recebeu o aval do BID, que, depois de quatro missões para analisá-lo e de várias sugestões, considerou-o um modelo a ser adotado em outros países. É o primeiro projeto de modernização do Legislativo financiado pela instituição, que liberou US\$ 25 milhões.

As câmaras dos 580 municípios-pólo que se inscreveram na Interlegis já começaram a receber suas estações de trabalho – um microcomputador, uma impressora e um gateway (dispositivo que permite sua ligação a outros microcomputadores e também a uma linha telefônica para acesso à Internet). Nas assembleias legislativas também estão sendo instaladas as salas de multiuso – com 20 microcomputadores – e as salas de videoconferência.

Francelino destaca festival de cinema

O cinema brasileiro está em destaque na cidade de Miami. O anúncio foi feito pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao destacar a importância do Festival de Cinema Brasileiro de Miami, iniciativa que já está na sua quinta edição e neste ano deve exibir um total de 30 filmes, entre longas e curtas, da safra 2000/2001.

– Além de contribuir para a formação de novas platéias e de permitir que várias comunidades de residentes brasileiros mantenham contato com o que se faz de melhor no nosso cinema, o festival está voltado também e principalmente para a promoção de negócios.

Francelino elogiou o trabalho das empreendedoras Adriana Dutra, Cláudia Dutra e Viviane Spinelli, bem como comunicou aos colegas que, por meio de seu assessor João da Silveira, convidado a participar de um dos painéis, o trabalho da Subcomissão de Cinema do Senado também foi apresentado aos participantes.

Dirigido a exibidores, distribuidores e co-produtores do mercado internacional, que se encontram com atores, produtores e diretores de filmes brasileiros, o festival reúne também autoridades públicas do estado da Flórida. Paralelo ao festival, que dura cinco dias, um amplo seminário vai analisar o estágio atual da indústria cinematográfica brasileira, as estratégias de desenvolvimento da indústria audiovisual no mercado internacional e as oportunidades de negócios.

Este ano, o evento realiza quatro mostras. Uma competitiva de longas, com 14 filmes e premiações em 16 categorias; outra competitiva de curtas, com 13 concorrentes e premiações em oito categorias, além de mostras em homenagem ao diretor Paulo Cezar Sarraceni e à atriz Marília Pêra, e ao estado do Rio de Janeiro.



Francelino: festival em Miami abre portas para o cinema brasileiro

Mauro destaca importância do Estatuto das Cidades

Designado para relatar o substitutivo aprovado pela Câmara, senador aponta, entre as novidades positivas, a gestão democrática do espaço urbano

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), relator do projeto de lei que cria o Estatuto das Cidades, chamou a atenção dos senadores para a importância da proposta. Segundo Mauro, o estatuto vem preencher a lacuna legal que fragiliza os municípios em sua disposição de fazer valer os preceitos constitucionais relativos à habitação e ao uso social da propriedade urbana.

Apresentado pelo então senador Pompeu de Sousa em 1990 e aprovado no ano seguinte, o projeto recebeu substitutivo na Câmara e retornou agora ao Senado. O texto inclui entre os instrumentos propostos para a implementação da política urbana a elaboração de planos nos níveis nacional, regional e estadual para a ordenação do território, visando ao desenvolvimento econômico e social. Prevê também o planejamento das regiões metropolitanas, das aglomerações urbanas e das microrregiões, assim como os planos diretores municipais e os ins-



Mauro Miranda diz que o Estatuto das Cidades eliminará uma lacuna legal que fragiliza os municípios

titutos jurídicos, financeiros, políticos e tributários que vão permitir sua administração.

A gestão democrática do espaço urbano, que incluirá considerações de impacto ambiental e de vizinhança, é uma das novidades mais positivas incluídas no projeto, afirmou Mauro Miranda. Institutos como o usucapião especial, a concessão especial de uso para fins de moradia e o Imposto Pre-

dial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo são alguns dos instrumentos previstos no projeto que certamente fortalecerão os municípios em suas iniciativas de estabelecimento de políticas urbanas próprias, adequadas a cada caso, acrescentou.

Por projeto de autoria de Mauro Miranda, o direito à moradia foi recentemente incorporado aos direitos sociais constitucionalmente assegurados. Ele observa, entretanto, que esse direito só estará assegurado de fato se houver mecanismos legais que combatam a especulação imobiliária e permitam a implementação de políticas socialmente justas. A ampliação e a generalização dos serviços de saneamento e de transporte também se tornarão menos onerosas se a ocupação dos espaços urbanos se fizer de maneira mais racional, disse o senador.

Mauro Miranda chamou a atenção para o fato de que o substitutivo retorna ao Senado após mais de dez anos de tramitação na Câmara dos Deputados, durante os quais as questões relativas à habitação agravaram-se consideravelmente no país.

Eduardo defende política para integração da região amazônica

A implantação de uma política adequada para ocupação da Amazônia e de uso sustentável dos seus recursos naturais foi defendida pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) ao destacar a importância, para a integração nacional, de programas que estão sendo realizados em Tocantins, como a ferrovia Norte-Sul e a hidrovía Araguaia-Tocantins. Para o senador, essa política deve preparar a região para as demandas futuras por matérias-primas sofisticadas e para as exigências de preservação ambiental, fatores de interesse planetário. "Com muito menos — o petróleo —, os árabes impuseram regras ao mundo", assinalou.

Eduardo disse que o Brasil não tem tido essa visão essencial e es-

tratégica da Amazônia e que tem preferido ingressar no processo de globalização com sua parte mais fraca — a economia, a moeda e o câmbio —, perdendo a cada dia um pouco da soberania e muito da capacidade de decisão sobre seus rumos.

— Para que a Amazônia não seja entregue à cobiça e aos interesses estrangeiros, tem que ser integrada ao Brasil. Nessa integração, o Tocantins ocupa uma posição absolutamente estratégica. Limitando-se com a Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sudeste, o Tocantins ocupa, por um imperativo geográfico, um lugar estratégico no processo de integração nacional, para que sejamos, efetivamen-



Na opinião de Eduardo, "o Tocantins ocupa um lugar estratégico no processo de integração nacional"

te, um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e não uma faixa litorânea limitada pelo Tratado de Tordesilhas — argumentou.

Moreira Mendes propõe federalização da RO-399

A transformação da rodovia RO-399 em estrada federal e sua inclusão no Plano Nacional de Viação é o que prevê o projeto de lei apresentado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). A rodovia liga a cidade de Vilhena e a



Moreira: malha viária federal pavimentada na Região Norte tem densidade muito baixa

BR-364, na localidade de Pimenteiras, na divisa do Brasil com a Bolívia.

Com essa providência, a estrada receberia investimentos do governo federal, garantindo condições para a implantação de vias alimentadoras a ela integradas. O senador assegura que, dessa maneira, a malha viária de Rondônia seria ampliada, facilitando o acesso do estado aos benefícios do desenvolvimento.

Moreira Mendes lembra que a malha viária federal pavimentada na Região Norte tem densidade extremamente baixa, se

comparada com as regiões mais desenvolvidas do país. As grandes distâncias e a precariedade das vias de comunicação impedem o acesso de sua população aos serviços sociais e econômicos e a viabilização de atividades produtivas, situação que o projeto de sua au-

toria pretende reverter.

A rodovia RO-399 tem 158 quilômetros de extensão, dos quais somente 68 com pavimentação asfáltica, enquanto o restante ainda tem pavimento natural, o que compromete o tráfego rotineiro, informa o senador. A rodovia, acrescenta Moreira Mendes, é o principal eixo de ligação dos municípios de Rondônia à BR-364, e vem a ser a única via que dá acesso aos municípios de Colorado D'Oeste, Cabixi, Cumbiara, Cejeiras e Pimenteiras.

Maria do Carmo quer isenção de multa para ambulância

Os veículos de socorro em incêndios e salvamentos, os de polícia, fiscalização, operação de trânsito e as ambulâncias ficarão isentos da aplicação de penalidades no trânsito se for aprovado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto que modifica o Código de Trânsito Brasileiro. De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a proposta será analisada em decisão terminativa pela CCJ — ou seja, só será examinada pelo Plenário se houver recurso nesse sentido.

A senadora explica que o Código de Trânsito estabelece que esses veículos gozam de prioridade no trânsito, livre circulação, estacionamento e parada quando em serviço de urgência e devidamente identificados. "Mesmo tendo conferido tal liberdade a esses veículos em urgências, não há garantias expressas em lei de que não estejam sujeitos a multas e outras penalidades", disse Maria do Carmo.



Maria do Carmo pretende deixar clara a isenção para evitar aplicação distorcida da lei

Esses veículos acabam sendo multados com frequência por instrumentos eletrônicos de controle de velocidades superiores a limites fixados — os "pardais". O registro fotográfico feito pelos pardais, por sua vez, não permite avaliar a real circunstância da situação de emergência. "Com a aprovação desse projeto, queremos evitar que serviços de tamanha relevância para a comunidade sejam prejudicados por uma aplicação distorcida da lei", afirma Maria do Carmo.